

PROTOCOLO DE CONSULTA DA
COMUNIDADE TRADICIONAL DE

SAPUCAIA

VILA NOVA DOS MARTÍRIOS – MARANHÃO

Produzido pela Associação dos Trabalhadores Rurais
do Assentamento Sapucaia - ATRAS

FICHA TÉCNICA

Organização de texto:

Ariana Gomes - Assessoria técnica da RAMA
Diogo Cabral - Assessor jurídico da RAMA
Maria José Silva - Coordenação Executiva MIQCB
Luseny Oliveira - Coordenação de base MIQCB
Judite dos Santos
Edileuza Oliveira
Wcelia Carvalho Assessoria regional
MIQCB Imperatriz

Revisão de Texto

Vanessa Neco

Diagramação

Ingrid Barros

Fotografias

Acervos das oficinas



PROTOCOLO DE CONSULTA E CONSENTIMENTO PRÉVIO, LIVRE E INFORMADO DA COMUNIDADE TRADICIONAL DE SAPUCAIA

Elaborado de forma coletiva a partir da participação popular
em assembléias na comunidade

8 DE JANEIRO, 2026

Introdução: Fundamentos Jurídicos

Nós, da **Comunidade de Sapucaia**, elaboramos este documento para afirmar nossa existência e exigir respeito aos nossos direitos. Este Protocolo fundamenta-se na **Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, ratificada pelo Brasil, que em seus artigos 6º e 7º garante aos povos tribais e comunidades tradicionais o direito de serem consultados sempre que medidas legislativas ou administrativas possam nos afetar diretamente.

Amparamo-nos também na **Constituição Federal de 1988** (artigos 215 e 216), que protege nossa cultura e modos de viver, criar e fazer, e no Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Este documento é **lei interna da comunidade** e deve ser respeitado pelo Estado, empresas (públicas ou privadas) e terceiros.

A consulta não é apenas uma reunião informativa; é um direito de participação efetiva nas decisões que impactam nosso território, nossa identidade e nosso futuro. O objetivo deste protocolo é garantir que nossa voz seja ouvida e que tenhamos o poder de consentir ou recusar propostas que ameacem nossa permanência na terra.



ASSOCIAÇÃO SAPUCAIA

DOS

SENHOR

NADA ME FAZTEA

É A

NÓS A ZÃO PRA

MOL. JUNTOS



2. Identificação do Território e História da Comunidade

QUEM SOMOS E ONDE ESTAMOS



Nossa comunidade, Sapucaia, está localizada na zona rural do município de Vila Nova dos Martírios, Maranhão. Somos **agricultores familiares, lavradores, quebradeiras de coco babaçu, pescadores e caçadores.**

Nossa identidade está ligada ao **trabalho na terra**: nossas mãos calejadas contam a história de quem planta mandioca, milho, arroz, feijão, fava, extrativismo do açaí, cupuaçu e criação de animais soltos.

Destacamos a relevância da **luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu** e sua articulação com o ***Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu-MIQCB***, somos sujeitas políticas, protagonistas na defesa desse território tradicional, para o direito a terra e aos babaçuais livres. Estamos nesse enfrentamento ao **avanço do agronegócio, do desmatamento, dos cercamentos e do uso de agrotóxicos.**



NOSSA HISTÓRIA E RAÍZES



Nossa história não começou ontem; somos "**enraizados**" aqui. A ocupação da área remonta ao início da década de 1980, com a chegada de famílias vindas de diversas partes do Maranhão e outros estados em busca de terra livre para trabalhar. O local, antigamente chamado de "Varjão", foi rebatizado em 1997 como *Sapucaia*, em homenagem ao *pé de Sapucaia* que resiste em nosso território.

Vivemos em um território marcado pela **luta** e **resistência**. Desde a chegada da Vale em 1984 e, posteriormente, de empresas de eucalipto como Celmar e Suzano a partir de 1995, enfrentamos ameaças constantes. Sofremos com **tentativas de expulsão, derrubada de casas e destruição de roças**, especialmente entre 2010 e 2013, quando forças policiais e segurança privada agiram para nos retirar.

Apesar do cercamento pelos eucaliptos, do uso de drones e venenos (agrotóxicos) que atingem nossas águas e palmeiras, permanecemos. Preservamos nossas **matas**, nossos **rios** (como o Córrego Arapari) e nossas **tradições**, como a farinha e os mutirões solidários. Para nós, o **território é vida**, e dele dependemos para sustentar nossas famílias.



QUE REMOS VENENO



Escola

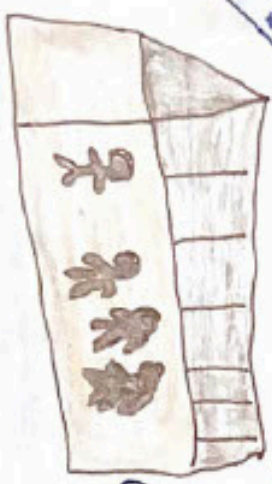


TEREZA



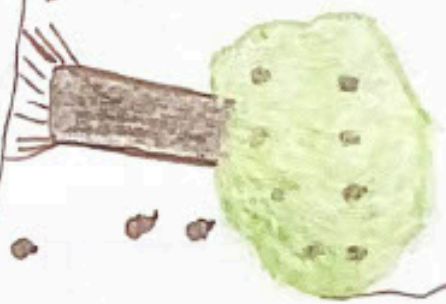
Ombus escolar

peira de saúpa



Gau-Pão da Purificação

Sopulona



Masodlé



TURMA

2 Edmundo

DEUS

Prof. Tefja



MALIX



WION

3. Como este Protocolo foi elaborado?

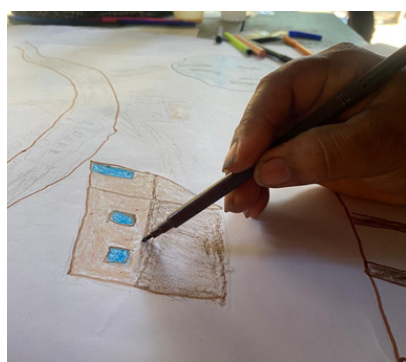
Este documento é fruto de uma construção coletiva, realizada através de muito diálogo e memória.

Oficinas Participativas:

O protocolo foi elaborado durante encontros e oficinas comunitárias (realizadas em setembro e outubro de 2025 e janeiro de 2026, onde reunimos jovens, adultos e idosos).

Cartografia Social:

Utilizamos a metodologia da "Cartografia da Vida" e do "Rio da Vida", onde nos dividimos em grupos para desenhar nossos mapas. Identificamos graficamente onde estão nossas casas, roças, áreas de preservação, babaçuais e os locais de conflito.



Resgate da Memória:

Debateremos nossa linha do tempo, lembrando a chegada dos primeiros moradores, os batismos do lugar e os momentos de conflito e resistência.

Debate de Necessidades:

Discutimos coletivamente o que queremos para nosso futuro (escola, saúde, terra titulada) e o que não aceitamos (veneno, despejo, eucalipto).



Tudo o que está escrito aqui reflete a vontade da maioria, validada em assembleia pela comunidade presente.



4. Quem deve ser consultado?

Com base na Convenção 169 da OIT, a consulta deve ser dirigida à comunidade como um todo, respeitando nossa organização social e política.
TODOS NÓS DA COMUNIDADE DEVEMOS SER CONSULTADOS EM GERAL.



Sujeito Coletivo:


Nenhuma liderança ou morador individual tem autoridade para falar ou decidir sozinho em nome de Sapucaia sobre empreendimentos que afetem o coletivo.

Assembleia Geral:

A instância máxima de decisão é a Assembleia Geral da Comunidade, convocada especificamente para este fim.

Todos os Moradores:

Devem ser consultados homens e mulheres, jovens, adultos e idosos que vivem e trabalham no território. Nossa organização inclui a Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Sapucaia-ATRAS, mas a consulta deve abranger todos os moradores impactados, associados ou não.

A photograph of a group of people gathered under a corrugated metal roof, possibly in a community meeting or assembly. One person in the foreground has their hand raised. The scene is overlaid with a blue tint.

*Qualquer tentativa de aliciar indivíduos isoladamente ou coletar assinaturas sem o devido processo assemblear será considerada de **má-fé e nula de pleno direito.***

5. Como deve ser o Processo de Consulta

O processo de consulta deve ser:

Prévio:

A consulta deve acontecer antes de qualquer decisão ser tomada pelo governo ou empresa. **A CONSULTA DEVE SER FEITA BEM ANTES.** Não aceitamos ser comunicados de fatos consumados ou obras já iniciadas. Deve ocorrer ainda na fase de planejamento.

Livre:

Não aceitamos pressão, coação, ameaças ou presença de força policial durante as reuniões. A comunidade deve ter liberdade para discutir entre si, sem a presença dos interessados no projeto, para formar sua opinião.

Informado:

Todas as informações devem ser entregues em linguagem clara, simples e acessível (sem termos técnicos difíceis), permitindo que todos, inclusive os que têm pouca leitura, compreendam os riscos e benefícios.

AS FORMAS DE COMUNICAÇÃO DEVEM SER
ESCRITA E ORAL, IMPORTANTE PARA NOSSO
ENTENDIMENTO



Culturalmente Adequado:

As reuniões devem ocorrer dentro do território de Sapucaia, em horários e datas que não atrapalhem nossas atividades de trabalho (roça, colheita) e respeitem nosso tempo de entendimento.

DEVE TAMBÉM OBEDECER AO PERÍODO DA COLHEITA (MAIO E JUNHO). A CONSULTA DEVE ACONTECER NA CASA DA ASSOCIAÇÃO, COM MOMENTOS NA CASA DE LIDERANÇAS.

NÃO ACEITAMOS SAIR DA COMUNIDADE PARA SERMOS CONSULTADOS



6. Transparência

Todas as informações sobre o projeto ou a proposta devem ser compartilhadas com a comunidade de maneira transparente e acessível. Isso inclui:

- Informações completas sobre os possíveis **impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais**;
- Detalhamento dos impactos **diretos** ou **indiretos** (ex: contaminação por veneno levado pelo vento, secamento de nascentes, aumento de fluxo de estranhos);
- Impactos sobre a área total do território e sobre
- a vida de seus habitantes.

Cláusula de Nulidade por Omissão: A descoberta, a qualquer tempo, de eventuais vícios, mentiras ou ausência de informações por parte do poder público ou de particulares direta ou indiretamente envolvidos com o objeto submetido à Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), de maneira proposital ou não, dará ensejo à anulação do processo e à abertura de um novo processo de consulta, garantindo que a comunidade decida com base na verdade completa.



7. Atores Responsáveis

O processo de CPLI será conduzido por nós, através de nossas instâncias de decisão.

- **Condução:** O processo será conduzido por lideranças do nosso território, legitimamente constituídos e escolhidos em assembleia. Nós definiremos o ritmo e a pauta das reuniões.
- **Participantes Externos:** Caberá à comunidade indicar quais atores deverão participar do processo para nos assessorar.

IMPORTANTE TER ASSESSORIA TÉCNICA ALIADA PARA NOS AJUDAREM NO ENTENDIMENTO NO MOMENTO DA CONSULTA E PARA ACOMPANHAMENTO DAS REUNIÕES.

Isso inclui:

- Assessoria jurídica e técnica de nossa confiança (advogados, especialistas, organizações parceiras);
- Representantes do Ministério Público e Defensoria Pública, quando solicitados.
- **QUE AS REUNIÕES NÃO OCORRAM SEM A PARTICIPAÇÃO DOS NOSSOS ALIADOS.**
- **Proponentes:** Representantes do poder público e, se aplicável, representantes do projeto ou empreendimento, que participarão apenas nos momentos definidos pela comunidade para prestar esclarecimentos.

RIO
DA VIDA

COMUNIDADE

SAPUCAIA

8. Etapas da Consulta

Para que a consulta seja válida, ela deve seguir rigorosamente as seguintes etapas:

Plano de Consulta:

O governo ou empresa deve enviar um pedido formal de consulta à nossa Associação/Lideranças.

APÓS A EMPRESA E OU ESTADO ENTREGAR FORMALMENTE O PEDIDO DE CONSULTA NÓS TEMOS ATÉ 15 DIAS PARA DAR RETORNO DE QUANDO SERÁ A REUNIÃO

Etapa de Informação:

O interessado deve vir à comunidade apresentar o projeto. Devem entregar estudos e mapas. É o momento de tirar dúvidas.

Etapa de Avaliação Interna (Tempo da Comunidade):

Após receber as informações, a comunidade se reunirá **sozinha**, sem a presença do governo ou empresa. Teremos o tempo necessário (dias ou meses) para discutir internamente, consultar nossos parceiros e entender se o projeto é bom ou ruim para nós.

DEVEM ACONTECER ANTES PELO MENOS 3 REUNIÕES PARA TOMADA DE DECISÃO COM PERÍODO DE 2 OU 3 DIAS.

Etapa de Negociação/Diálogo:

Se a comunidade concordar em prosseguir, haverá reuniões para dialogar sobre modificações, compensações ou garantias.

Etapa de Decisão (Consentimento ou Veto):

A comunidade realizará sua Assembleia Final para decidir se aprova ou rejeita o projeto. A decisão será registrada em ata assinada por todos.

QUE A FORMA DE REGISTRO DEVE SER FEITA EM
FORMATO DE ATA. AS REUNIÕES E DECISÕES
DEVEM SER REGISTRADAS EM ATA, FOTOGRAFIAS
E VÍDEOS.



9. O que Esperamos da Consulta

Ao estabelecer este protocolo, reafirmamos que nosso desejo principal é a **permanência na terra** e a **paz para trabalhar**.

O que queremos:

Queremos a regularização fundiária do nosso território (título da terra), acesso a políticas públicas dignas (escola, posto de saúde, água de qualidade), respeito ao nosso modo de produção agrícola e liberdade para ir e vir sem fiscalização privada.

O que não queremos:

Não aceitamos mais violência, despejos, pulverização aérea de veneno (drones), destruição de nossos babaçuais e florestas, retirada de nossas fontes de energia, ou projetos que inviabilizem nossa existência como comunidade tradicional.



**Este protocolo é nosso instrumento
de defesa e afirmação de vida.
Exigimos que ele seja cumprido.**



Sapucaia,

Vila Nova dos Martírios – MA, 08 de janeiro de 2026.



Este protocolo foi realizada no âmbito do projeto **“Território de Resistência: pelo Babaçu Livre e contra os Agrotóxicos”**, apoiado por:

